A ESPECIALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE OS ÓRGÃOS DE COORDENAÇÃO NOS ESTADOS

Adriana A. Dragone Silveira
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
adrianadragone@yahoo.com.br

Barbara Cristina Hanauer Taporosky
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
barbara86ha@yahoo.com.br

Carolina Martins Marinho
Universidade Federal do ABC (UFABC)
carolina.marinho@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Ministério Público (MP), com a Constituição de 1988, fortalece sua autonomia administrativa e independência funcional e passa a ter o abrangente papel de defensor da ordem jurídica, da democracia e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, o que se consolida em ampla atribuição dirigida à promoção do direito à educação no Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa reconfiguração institucional do MP vem possibilitando a crescente tradução dos direitos educacionais em demandas judiciais e extrajudiciais – fenômeno acompanhado e provocado pela especialização funcional do órgão na temática educacional (SILVEIRA *et al*, 2020; XIMENES; SILVEIRA; 2019).

Nesse contexto de judicialização da educação, mostra-se relevante o desenvolvimento de pesquisas sobre os atores do sistema de justiça, buscando compreender como sua atuação, nas diferentes fases do ciclo de políticas públicas, tem contribuído para a garantia da educação como um direito humano e a consequente redução de desigualdades e promoção da inclusão.

Este trabalho tem o objetivo de mapear e analisar como o MP, no âmbito estadual, tem se organizado para impulsionar a especialização via criação de órgãos de coordenação (centros de apoio, núcleos etc.), com atuação exclusiva ou não na temática educação. A função desses órgãos é disseminar as pautas educacionais nas Promotorias de Justiça, propor modelos de atuação e planejamentos integrados e abrir interlocução com seus pares locais e órgãos e entidades nacionais, como o

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJG)¹.

Na pesquisa, a coleta de dados foi realizada em até três etapas sucessivas de levantamento e documentação. Na primeira etapa, foram extraídas as informações institucionais disponibilizadas diretamente nas páginas eletrônicas nos estados. Na segunda etapa, as informações inicialmente coletadas foram complementadas e confrontadas com os dados obtidos diretamente nos portais de transparência do MP. Na terceira etapa do levantamento, aplicou-se procedimento de consulta direta aos integrantes do MP estadual. Como instrumentos de coleta e de registro, foram desenvolvidas três ferramentas: protocolo de pesquisa, repositório de documentos e relatório descritivo por estado analisado. Na segunda fase da pesquisa, o levantamento é complementado por sete estudos de caso, sendo dois órgãos nacionais – CNPJG e CNMP – e cinco MP estaduais.

Neste trabalho, o recorte analítico recai sobre os órgãos estaduais identificados nos estados cuja atribuição é coordenar e induzir a atuação temática em educação, diferenciando-os daqueles órgãos especializados com atribuição meramente executiva, como as promotorias de justiça.

DESENVOLVIMENTO

A atuação do MP no campo das políticas públicas tem se intensificado nas últimas duas décadas, sendo acompanhada de uma crescente demanda por especialização dos órgãos do MP. Nesse processo, identificamos o fomento a agendas de judicialização centralmente definidas, tanto no âmbito dos estados quanto em instâncias nacionais de articulação (XIMENES *et al*, 2020).

A Lei Orgânica Nacional (1993) facultou aos MP dos estados criarem órgãos auxiliares, como os centros de apoio operacional (CAO) às Promotorias de Justiça, sendo a criação e composição destes uma definição do respectivo procurador-geral de Justiça no estado. No entanto, essas decisões, por vezes, são influenciadas por orientações normativas ou recomendações advindas do CNMP e do CNPJG.

¹ O presente trabalho é resultado de pesquisa mais ampla realizada com apoio do CNPq (processo nº 432345/2016-7), cujo objetivo é analisar os efeitos institucionais dos processos de especialização ocorridos no âmbito do MP na reconfiguração do quadro de judicialização das políticas públicas de educação básica no Brasil.

O CNPG, por exemplo, desde o início dos anos 2000, vem disseminando a necessidade de especialização do MP na área da educação, para o controle de políticas educacionais e garantia do direito à educação, em especial por meio do Programa Encontros pela Justiça na Educação e recomendações próprias, reafirmados nas Cartas de Canela e de Aracaju (CNPG, 2000, 2013).

Desde então, surgem iniciativas de criação de órgãos administrativos especializados em educação nos MP estaduais, com função de articulação, fomento e assessoria técnica aos órgãos de execução; bem como tem sido promovida a especialização de órgãos jurisdicionais, com o surgimento de Promotorias de Justiça em Educação. Essas iniciativas foram descritas por Castilho (2006) em mapeamento nos anos 2000.

O mapeamento da pesquisa realizado em 2020 identificou a existência de oito CAO exclusivos de educação (CAO Edu) e sete CAO de Infância, Juventude e Educação (CAO IEd). Também há estados em que foram criados grupos de atuação especial (GAE Edu) ou coordenações especiais com atuação especializada em educação (CE Edu), em alguns casos, articulando educação e infância e juventude (GAE IEd ou CE IEd). Além destes, há estados em que se verifica a atribuição educação em CAO gerais ou cíveis (CAO GC), nos quais funcionam núcleos especializados ou outros arranjos institucionais detalhados na pesquisa. Alguns desses órgãos especializados ou instâncias foram criados no início dos anos 2000, mas muitos deles têm sua criação ou reestruturação voltada à especialização na educação em período mais recente:

Quadro 1 – Órgãos de coordenação no MP dos estados, por tipo e ano de criação, com número de promotorias especializadas em educação (2000)

Região	Estado	Órgãos	Ano	Promotorias especializadas	
N	AC	CAO IEd	2017	2	
	AP	CAO IEd	2010	2	
	AM	CAO GC	*	2	
	PA	CAO GC	*	1	
	RO	GAE IEd	2019	1	
	RR	Inexistente	*	0	
	TO	CAO IEd	*	3	
NE	AL	CAO GC	2018	0	
	BA	2	CAO Edu	2006	0
			GAE Edu	2006	
	CE	CAO IEd	2019	0	
	MA	CAO Edu	2013	6	
	PB	CAO Edu	2011	12	

	PE	CAO Edu	2017	6	
	PI	CAO GC	*	1	
	RN	CAO GC	*	3	
	SE	CAO Edu	2011	1	
CO	GO	CE IEd	2019	2	
	MT	CAO Edu	2019	0	
	MS	Inexistente	*	0	
SE	ES	CAO Edu	2002	0	
	MG	8	CE Edu	2011	6
			7 CE IEd	2013	
	RJ	2	GAE Edu	2016	6
			CAO Edu	2013	
	SP	4	3 GAE Edu	2010	6
			CAO GC		
S	PR	CAO IEd	2012	3	
	RS	CAO GC	*	13	
	SC	CAO IEd	2003	2	

Nota: *A informação não está disponível nas fontes levantadas.

Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÕES

O levantamento mostra que a existência de promotorias especializadas em educação está relacionada à presença de CAO exclusivos. As exceções ocorrem nos casos em que há outros órgãos dentro da estrutura institucional que possuem especialização e cobertura territorial relevante na área educacional. Assim, em SP o MP conta com três GAE, dois atuando de forma regionalizada e um na capital, com poderes de execução. Em MG há uma coordenadoria estadual de defesa da educação, com jurisdição em todo estado, que cumula poderes de execução. Já no RS há dez promotorias regionais de educação, cuja atuação conjunta cobre toda a área territorial do estado.

Identificamos que, apesar das orientações emanadas dos órgãos nacionais desde os anos 2000, o processo de tradução institucional nos MP dos estados se mostra diverso, como resultado dos contextos locais de desenvolvimento autônomo do próprio MP. Além disso, a dinâmica federativa e a construção da política educacional em âmbito local resultam em diferentes padrões de proteção ao direito à educação, conforme apresentado neste trabalho.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, E. V. Direito à Educação e Ministério Público. **Relatório PIDESC**, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/textos/wiecko_direito_ed_mp.pdf. Acesso em: 5 ago. 2021.

CONSELHO NACIONAL DOS PROCURADORES-GERAIS DE JUSTIÇA (CNPJ). **Carta de Canela**. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/biblioteca/copeij-cnpg>. Acesso em: 5 ago. 2021.

CONSELHO NACIONAL DOS PROCURADORES-GERAIS DE JUSTIÇA (CNPJ). **Carta de Aracaju**. 2013. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/cartas/conanda_carta_aracaju_se_11set2008.pdf. Acesso em: 5 ago. 2021.

SILVEIRA, A. A. D. *et al.* Efeitos da judicialização da educação infantil em diferentes contextos subnacionais. **Cadernos de Pesquisa**, 2020, v. 50, n. 177, pp. 718-737. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147019>. Acesso em: 5 ago. 2021.

XIMENES, S. B.; SILVEIRA, A. A. D. Judicialização da Educação: caracterização e crítica. *In*: OLIVEIRA, V. E. (org.). **Judicialização de políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2019. p. 309-332.

XIMENES, S. B. *et al.* Especialização dos Ministérios Públicos dos estados na temática educação: extensão, características e dinâmica institucional. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 44., 2020. **Anais [...]**. ANPOCS, 2020.